



# Turismo Natureza Cultura

Interdisciplinaridade  
e políticas públicas

Marta de Azevedo Irving  
Lia Calabre  
Roberto Bartholo  
Marcelo A. G. Lima  
Edilaine Albertino Moraes  
Marisa Egrejas  
Deborah Lima

Copyright © 2016 dos organizadores/autores  
Copyright © 2016 dos autores

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo  
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Grafia atualizada respeitando o novo  
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

#### CONSELHO EDITORIAL

Francisco José de Castro Moura Duarte  
Marilene Corrêa da Silva Freitas  
Fábio Luiz Zamberlan  
Elizabeth Tunes  
Cristina Jasbinschek Haguenaer  
Frederico Augusto Tavares Junior

#### DIAGRAMAÇÃO

Renata Duarte

*Seguindo orientação da comunidade acadêmica internacional, a escolha dos textos  
publicados se deu por meio de avaliação por pares.*

#### Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Turismo, natureza e cultura: diálogos interdisciplinares e políticas  
públicas. / Organizadores: Marta de Azevedo Irving, Lia Calabre,  
Roberto Bartholo, Marcelo A. G. de Lima, Edilaine Albertino de  
Moraes, Marisa Egrejas, Deborah Rebello Lima. – Rio de Janeiro:  
Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.  
165 p.

ISBN 978-85-7004-345-0

1. Política cultural. 2. Política pública. 3. Turismo. 4. Natureza. 5.  
Cultura. 6. Patrimônio. 7. Olimpíadas. I. Irving, Marta de Azevedo, org.  
II. Calabre, Lia, org. III. Bartholo, Roberto, org. IV. Lima, Marcelo A. G.  
de. V. Moraes, Ediliane Albertino de. VI. Egrejas, Marisa. VII. Lima,  
Deborah Rebello. VIII. Fundação Casa de Rui Barbosa. IX. Título.

CDD 306

## **Turismos, naturezas e culturas: para se pensar políticas públicas e interdisciplinaridade em pesquisa**

*Marta de Azevedo Irving  
Marcelo A. G. Lima  
Edilaine Albertino Moraes*

### **Para inserir o debate: Turismos, naturezas e culturas**

O turismo representa um fenômeno contemporâneo complexo, associado a inúmeras dimensões econômicas, sociais, ambientais, éticas, políticas e simbólicas. Fenômeno este que implica, por pressuposto para a sua interpretação, uma leitura teórica multidimensional e, por consequência interdisciplinar, mediada por uma perspectiva política crítica. No entanto e apesar disso, entendidos apenas pela via de significação do mercado, natureza e cultura são, frequentemente, apropriadas e traduzidas pelo segmento turístico como “insumos” ou, em linguagem turística, como “atrativos” para alimentar o processo e as estatísticas dos distintos “segmentos” previamente formatados, para atender a uma demanda induzida e ávida por novidades. Essa demanda é, assim, construída e realimentada com base em imaginários e sonhos de uma sociedade em crise, cada vez mais distante de si mesma.

Embora essa leitura pareça compreensível pela perspectiva dos modelos econômicos vigentes, ela tende a ser excessivamente simplista, diante da complexidade do fenômeno, fortemente influenciado pelo contexto político, ético, ambiental, social e geopolítico, no plano global. Essa afirmação adquire contornos ainda mais marcantes quando se considera a tendência de expansão crescente para o setor, observada globalmente. Na atualidade, as estatísticas da *Organização Mundial de Turismo* de 2015 (UNWTO), divulgadas em 2016 sobre o turismo no mundo, apontam para 1.184 milhões de chegadas de turistas, globalmente, com receitas que representam aproximadamente 10% do PIB mundial (UNWTO, 2016), em um cenário de clara expansão.

Sendo assim, interpretar o turismo apenas como atividade econômica certamente tenderia a representar um equívoco no plano da pesquisa acadêmica e também pela perspectiva de políticas públicas. Isso porque, a leitura simplificada e reducionista deste fenômeno de alcance global pelo viés estritamente econômico restringe claramente a possibilidade de uma real “radiografia” dos processos envolvidos e limita inúmeras potencialidades em planejamento dirigido ao setor.

Além disso, essa percepção limitada e limitante neste campo tende a mascarar uma dinâmica socioambiental complexa, invisível pelas estatísticas turísticas e que, muitas vezes, pode estar na origem da própria inviabilidade dos projetos turísticos.

Não se pode desconsiderar, neste debate que, segundo Moscovici (2002), “a natureza nos fabrica tanto quanto nós a fabricamos”. Mas qual o significado de natureza e de cultura? A natureza enquanto natureza virgem e desabitada segundo o *mito moderno da natureza intocada* (DIEGUES, 2008) ou a natureza viva e humanizada que traduz subjetividades e maneiras de interpretar o mundo (MOSCOVICI, 2002; MORIN, 2005, 2011 e 2015)? E como decodificar o

sentido de cultura nesta reflexão? Um registro monolítico de uma estória cristalizada em tempo e espaço ou um sentido de movimento que traduz transformação segundo a leitura das *esferas culturais* de Verbunt (2016)?

Além disso, não se pode negligenciar que o turismo se constrói na crise da pós-modernidade. Para Moscovici e Morin, a crise de civilização decorre também da cisão histórica entre sociedade e natureza. Isto porque natureza e sociedade são elementos indissociáveis de um mesmo universo, como é também defendido por Guattari (1991), Morin e Kern (1993), entre tantos outros pensadores contemporâneos, para os quais, a crise de civilização implica, para o seu enfrentamento, no *religare* entre sociedade e natureza, no compartilhamento de um destino comum, na *Terra Pátria*.

Evidentemente que, como via de intervenção e apropriação das naturezas e das culturas, o sentido do turismo precisaria ser revisitado e reinterpretado na contemporaneidade, segundo a percepção da indissociabilidade entre as culturas e as naturezas, o que tem rebatimentos diretos na lógica vigente da pesquisa acadêmica e nas políticas públicas setoriais.

Mas como ressignificar turismo? Não se pode negligenciar também neste debate polêmico e efervescente que a própria noção de turismo vem se modificando historicamente, a partir da clássica definição da Organização Mundial do Turismo (OMT) de 1993, que o caracterizou como a atividade de pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente cotidiano ou que neles permanecem por menos de um ano consecutivo, a lazer, a negócios ou por outros motivos (UNWTO, 1993). Essa proposta conceitual, assim como suas variantes, expressa de maneira clara um viés técnico e operacional de origem, evidentemente insuficiente para abordar as questões anteriormente mencionadas, uma vez que tende a reduzir o significado do turismo a uma lógica de interpretação orientada por uma visão predominante de mercado. É esta abordagem que tem inspirado, historicamente, as ações de planejamento para o setor, que se apropriam, então, das naturezas e das culturas como motivações para os desejos de consumo de um contingente populacional, cada vez mais, ávido por viagens ou pela sensação de viagem.

Pelas perspectivas teóricas abordadas, o turismo como fenômeno contemporâneo se expressa como movimento, como estranhamento, como tradução de sonhos e imaginários, mas também como via potencial para o “religare” com a própria natureza diante do reconhecimento da diversidade humana e da real possibilidade do “encontro” na diferença, pela via da alteridade. Mas como reinterpretá-lo diante dos desafios da crise civilizatória e da urgência do “religare” entre sociedade e natureza? Como ressignificá-lo em resposta às tendências geopolíticas que impõem barreiras ainda mais graves ao reconhecimento da diversidade cultural? Estariam as políticas públicas setoriais sintonizadas com as tendências globais em busca de sustentabilidade nesse encaminhamento? A academia e a gestão pública estariam suficientemente mobilizadas para lidar com os desafios e compromissos contidos nos inúmeros dispositivos legais pactuados no plano global? São inúmeras as questões que permanecem sem resposta, seja no âmbito da academia, ainda orientada por uma perspectiva prioritariamente disciplinar de interpretação da realidade, seja no campo das políticas públicas, em geral fragmentadas e distantes das dinâmicas socioeconômicas locais.

## **Introduzindo o campo fértil das políticas públicas globais para se pensar os turismos, as naturezas e as culturas**

São inúmeros os compromissos globais pactuados, nos últimos anos, que poderiam estar na base de ações integradas das políticas públicas de turismo, natureza e cultura. Evidentemente que, não se tem aqui a intenção de um estudo detalhado sobre esses dispositivos, mas se pretende apenas mapear, preliminarmente, alguns dos mais significativos para a reflexão proposta, para que se possa também orientar, no futuro, ações integradas para as políticas setoriais, em âmbito nacional.

Alguns dos principais documentos mapeados para inspirar uma possível integração entre as políticas públicas setoriais estão sistematizados no **Quadro 1**, a seguir:

**QUADRO 1: Quadro-síntese de principais políticas públicas/dispositivos globais dirigidos a turismo, natureza e cultura**

<b>Documento</b>	<b>Síntese/Objetivos</b>
<i>Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural</i> (UNESCO, 1972)	Nesse documento são articulados os compromissos dirigidos à conservação da natureza e à preservação de bens culturais. Reafirma-se a importância das expressões culturais em benefício de todas as sociedades planetárias e a ênfase é atribuída à articulação entre cultura e desenvolvimento, segundo uma plataforma inovadora para a cooperação internacional.
<i>Convenção da Diversidade Biológica</i> (ONU, 1992)	Principal marco global das políticas públicas de proteção da natureza, com os objetivos de conservação da diversidade biológica, de utilização sustentável de seus componentes e de repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos.
<i>Carta do Turismo Sustentável</i> (OMT, 1995)	Primeiro documento da OMT publicado após a <i>Rio-92</i> , inspirada nos princípios da <i>Agenda 21</i> . Esse documento define as bases de um plano de ação para o turismo sustentável, a ser desenvolvido por todos os países signatários da ONU.
<i>Carta Internacional do Turismo Cultural</i> (UNESCO, 1999).	Nesse documento se prioriza o desenvolvimento turístico em harmonia com o respeito e a valorização tanto do patrimônio cultural quanto das culturas vivas das comunidades autóctones.
<i>Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural</i> (UNESCO, 2002)	No seu texto são enfatizados o processo de transformação da cultura e a noção de diversidade, por meio do reconhecimento das múltiplas identidades e dinâmicas associadas, sendo a relação entre natureza e cultura considerada como pressuposto inspirador. Neste documento se articula o debate sobre a noção de cultura, sobre direitos humanos e solidariedade internacional. Nele é também ampliado o debate internacional sobre as questões vinculadas à diversidade cultural, especialmente no que se refere às interfaces com o desenvolvimento e os seus desdobramentos em políticas públicas.

<p><i>O Turismo e a Diversidade Biológica</i> (CDB, 2002)</p>	<p>O documento destaca o valor da biodiversidade para a atividade turística e as vias pelas quais o turismo pode contribuir para a conservação da biodiversidade. Especial atenção é dirigida ao valor do sentido de contemplação e observação da natureza como uma via de reconexão entre natureza e sociedade.</p>
<p><i>Diretrizes para Biodiversidade e Desenvolvimento Turístico</i> (CDB, 2004)</p>	<p>Esse documento aborda, de maneira ampla, as relações entre turismo e proteção da natureza, uma vez que traz recomendações para que as iniciativas turísticas sejam desenvolvidas de maneira a gerar menos impactos indesejáveis, considerando também o papel do turismo para a conservação da biodiversidade. O documento consolida ainda algumas das diretrizes dirigidas ao turismo sustentável, delineadas através de diferentes <i>Conferências das Partes da Convenção da Diversidade Biológica</i>.</p>
<p><i>Convenção sobre a Proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais</i> (UNESCO, 2005)</p>	<p>Esse dispositivo da UNESCO visa reafirmar o compromisso global com relação à diversidade das expressões culturais. Além disso, a <i>Convenção</i> objetiva fortalecer o diálogo entre as culturas, fomentando a interculturalidade e promovendo o respeito pela diversidade das expressões culturais, além de enfatizar a importância da sensibilização da sociedade para o seu valor, nos planos local, nacional e internacional.</p>
<p><i>Guia Prático para o Desenvolvimento de Produtos Turísticos relacionados à Biodiversidade</i> (OMT, 2011)</p>	<p>Esse representa um documento para o assessoramento técnico destinado a um público amplo de provedores de serviços turísticos e turistas. Tem como finalidade delinear ações para o desenvolvimento de “produtos turísticos duráveis”, em consonância com a conservação da biodiversidade. Esse compilado de “boas práticas” tem como prioridade de aplicação as áreas com elementos naturais significativos, podendo se situar ou não no interior ou entorno de áreas protegidas.</p>
<p><i>Carta do Turismo Sustentável + 20</i> (OMT, 2015)</p>	<p>Nesse documento se enfatiza a importância dos <i>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</i> (ODS), adotados pelas <i>Nações Unidas</i> em 2015, como oportunidade para o desenvolvimento turístico, de forma inclusiva e sustentável. É também reafirmada a preocupação com os impactos negativos do turismo com relação aos recursos naturais e culturais, os desequilíbrios e desigualdades sociais e o risco de terrorismo em muitos destinos turísticos. Nesse dispositivo o turismo é mencionado como uma via potencial para a paz e a tolerância planetárias.</p>

Fonte: Autores, 2016.

Esta síntese dos dispositivos globais parece ilustrar algumas importantes pistas para a integração de políticas públicas também em seus rebatimentos nacionais. Mas apesar dos avanços evidentes, nos últimos anos, traduzidos pelo conteúdo de alguns destes documentos mais recentes com o direcionamento de sustentabilidade<sup>1</sup>, as políticas públicas de turismo, proteção da natureza e cultura vêm sendo implementadas ainda, em grande parte, de forma fragmentada. Em poucos documentos, parece haver clareza com relação à intencionalidade de articulação estratégica das

<sup>1</sup> Debate também controverso, segundo Irving (2014).

ações previstas. Assim, embora o discurso oficial expresse, gradualmente, um movimento nessa direção, o processo dirigido à sua implementação e as institucionalidades envolvidas não parecem ainda refletir o alcance da complexidade associada à articulação entre as políticas setoriais de turismo, proteção da natureza e cultura.

Além disso, na maioria dos documentos oficiais, o turista é apenas entendido como o consumidor final do “cardápio” diversificado de “produtos oferecidos” (entre os quais, natureza e cultura) e não propriamente como protagonista do processo de interação com os lugares visitados ou como agente de transformação na religação entre natureza e cultura e na difusão de novos valores. Ademais, as populações locais são, frequentemente, entendidas como “provedoras de serviços” ou como “atrativos” desconectados da dinâmica do ambiente visitado. Com base nestes argumentos, é fundamental que a noção de turismo seja ressignificada na contemporaneidade e, da mesma forma, que a pesquisa em turismo se reinvente, como argumentado na introdução deste artigo.

Também por todas estas razões, no plano das políticas públicas nacionais, a insistência na compreensão do turismo como setor isolado da economia gera distorções graves em planejamento e efeitos sociais e ambientais indesejáveis que podem, inclusive, comprometer a própria sustentabilidade das ações previstas.

### **A academia e os novos caminhos da interdisciplinaridade: rompendo paradigmas?**

Tendo como inspiração o debate teórico inicial, as tendências de políticas públicas e de expansão do turismo no plano global como previamente discutido, parece evidente a necessidade de uma mudança paradigmática no processo de geração de conhecimento neste campo.

Neste contexto, é importante também enfatizar que apesar do reconhecimento da complexidade envolvida na temática em foco, são inúmeras as dificuldades e fragilidades epistemológicas neste campo de investigação. Isso porque, estas pesquisas não se apropriaram ainda do quadro teórico e metodológico disponível nas ciências humanas e sociais e não dispõem de tradição acadêmica com relação ao desenvolvimento de suas próprias bases de referência como campo de conhecimento, conforme discutido por Moesh (2002). Como indica Panosso Netto (2011), para a construção do conhecimento crítico é necessário que sejam considerados os valores e alicerces da Filosofia e da Epistemologia. Caso contrário, este conhecimento pouco tende a avançar, permanecendo circunscrito a alguns grupos que dele se apropriam.

No contexto de uma sociedade em crise, apenas uma leitura teórica multidimensional e interdisciplinar sobre o turismo poderia contribuir para a interpretação de suas nuances e efeitos, uma vez que esse se expressa como um fenômeno amplo que influencia a construção de novas territorialidades, que altera os modos de vida e o processo de reprodução social. Assim, essa discussão tem importantes rebatimentos também no processo de construção de formas alternativas de se pensar, agir e influenciar decisões, tanto na esfera da vida cotidiana quanto na esfera da vida política de cada cidadão. Essa percepção que reafirma a necessidade de desenvolvimento de um outro tipo de turismo orientado pelo compromisso de sustentabilidade tem sido defendida por muitos pensadores contemporâneos como uma via possível para o enfrentamento dos problemas e desafios impostos à humanidade nas últimas décadas. Entre os muitos setores da sociedade,

a academia em particular, tem um papel central neste debate, uma vez que o turismo representa uma das forças motrizes de transformação da sociedade pós-moderna, que também influencia no redesenho das estruturas mundiais, no processo de globalização, na formação de grandes blocos econômicos e em mutações profundas do espaço geográfico (TRIGO, 1999). Entretanto, na percepção desse autor, o processo de supervalorização do turismo tem sido gerado por discursos simplistas e valores dominantes também na academia, que o interpretam, frequentemente, como um veículo promissor para a geração e multiplicação de riquezas e empregos em uma sociedade capitalista e desumanizada.

Assim, as pesquisas em turismo, na atualidade, enfrentam também o desafio de construção de um caminho teórico e metodológico inovador, a partir do reconhecimento da perspectiva interdisciplinar como via possível e desejável para a investigação, o que implica também em uma reflexão profunda e crítica sobre as práticas acadêmicas correntes e a ética na pesquisa, na atualidade.

Somente a partir deste exercício seria possível se pensar o turismo como uma via possível de *encontro* na natureza e na diversidade. Afinal, não seriam *visitados* e *visitantes*, em qualquer lugar turístico, protagonistas potenciais de um processo pulsante de transformação social e interculturalidade, de reconhecimento da natureza como bem comum e de difusão de novos valores na sociedade contemporânea?

## Referências Bibliográficas

CDB, Secretariat of the Convention on Biological Diversity. **Guidelines on Biodiversity and Tourism Development**. 2004. Disponível em: <<http://www.cbd.int/doc/publications/tou-gdl-en.pdf>>.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6<sup>o</sup>. Ed. Ampliada. – São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1991.

IRVING, M. A. Sustentabilidade e o futuro que não queremos: polissemias, controvérsias e a construção de sociedades sustentáveis. **Sinais Sociais**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 26, p. 13-38, 2014.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.

MORIN, E. **Penser Global: L'humain et son univers**. Paris: Éditions Robert Laffont, 2015.

\_\_\_\_\_. **La voie: Pour l'avenir de l'humanité**. Paris: Fayard, 2011.

\_\_\_\_\_. **L'introduction à la pensée complexe**. Paris: ESF, 2005.

MORIN, E.; KERN, A. B. **Terre Patrie**. Paris: Seuil, 1993.

MOSCOVICI, S. **De la nature: pour penser l'écologie**. Paris: Éditions Métailié, 2002.

NAÇÕES UNIDAS. Convention sur la diversité biologique signée le 5 juin 1992 à Rio de Janeiro. **Recueil des Traités des Nations Unies**, vol. 1760, Numéro de l'enregistrement: 30619. 1992.

OMT. **Carta do Turismo Sustentável**. Conferência Mundial de Turismo Sustentável. Lanzarote, Ilhas Canárias-Espanha. 27-28 abr. 1995.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Aleph, 2011.

SECRETARIAT OF THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY (CDB). **Biological Diversity and Tourism: Development of Guidelines for Sustainable Tourism in Vulnerable Ecosystems**, Convention on Biological Diversity, Montreal, Quebec Canada, 2002.

TRIGO, L. G. G. O turismo no espaço globalizado. RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo, Modernidade, Globalização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 17-35.

UNESCO. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Paris:UNESCO,2005.Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001497/149742por.pdf>> Acesso em: 22 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Carta Internacional sobre Turismo Cultural: la gestión del turismo en los sitios con patrimonio significativo**, 12 Asamblea General en México (ICOMOS), 1999. Disponível em: <[http://www.icomos.org/charters/tourism\\_sp.pdf](http://www.icomos.org/charters/tourism_sp.pdf)>.

\_\_\_\_\_, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. Paris, 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>.

\_\_\_\_\_. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>.

UNITED NATIONS. **Convention on Biological Diversity**. Rio de Janeiro: UN. 1992. Disponível em: <<https://www.cbd.int/doc/legal/cbd-en.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

UNWTO. WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Annual Report 2015**. Madrid: UNWTO, 2016.

\_\_\_\_\_. **Carta Mundial del Turismo Sostenible + 20**. España, 2015. Disponível em: <<http://cartamundialdeturismosostenible2015.com/wp-content/uploads/2016/05/Carta-Mundial-de-Turismo-Sostenible-20.pdf>>.

\_\_\_\_\_. **Tourism Highlights**, Edition 2014. Disponível em: <<http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284416226>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Practical Guide for the Development of Biodiversity-based Tourism Products**. Madrid: UNWTO, 2011.

\_\_\_\_\_. WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Sustainable tourism development**. Madrid: UNWTO, 1999.

VERBUNT, G. **Manifeste Interculturel**. 1ª ed. Paris: Editions Franciscaines, 2016.